



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do RN

Ofício nº. 95/2025/ SINTRAJURN

Natal, 17 de dezembro de 2025.

AO

Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)
A/C Excelentíssima Senhora Ministra Maria Helena Mallmann
Coordenadora do Grupo de Trabalho (Ato CSJT.GP.SG.SEJUR n.º 99/2025)

Assunto: Contribuição à Consulta Pública – Propostas para Isonomia Material e Vedação ao Retrocesso Social.

Excelentíssima Senhora Ministra,

O SINTRAJURN, em atendimento ao Edital de Consulta Pública n.º 1/2025, apresenta propostas de revisão dos Atos CSJT n.º 16, 17 e 18 de 2025.

Esta manifestação fundamenta-se na necessidade urgente de correção de distorções que ferem a isonomia material entre magistrados e servidores e, sobretudo, violam o Princípio da Vedação ao Retrocesso Social, conforme demonstrado pela abrupta redução de direitos assistenciais no âmbito do TRT da 21ª Região (Portaria TRT21-GP n.º 110/2025).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO NORMATIVA

1. Unificação da Metodologia de Cálculo (Tabela por Faixa Etária) e Vedação ao Retrocesso

Dispositivo Alvo: Art. 2º e Art. 3º do Ato CSJT n.º 18/2025.

Proposta de Redação:

"O auxílio-saúde será concedido a magistrados e servidores mediante Tabela Única de Reembolso por Faixa Etária, estabelecida com base nos custos médios de mercado por grupo etário. Fica vedada a distinção de metodologia de cálculo vinculada à remuneração do cargo, devendo o benefício ter valor idêntico para titulares situados na mesma faixa etária, independentemente do cargo ocupado."

Justificativa Técnica:

Isonomia Material: A saúde é um bem jurídico cujo custo varia conforme a idade (risco biológico), e não conforme a remuneração. Utilizar o subsídio como base para magistrados e valor fixo para servidores cria desigualdade injustificável.

Vedação ao Retrocesso Social: A aplicação do modelo de valor fixo (per capita linear de R\$ 546,00) gerou, no caso concreto do TRT-21, uma redução nominal de 69% no auxílio dos servidores idosos (de R\$ 1.772,31



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do RN

para R\$ 546,00). Tal medida viola o princípio constitucional da vedação ao retrocesso, pois desconstitui o núcleo essencial de um direito social à saúde já consolidado, sem qualquer medida compensatória, inviabilizando a manutenção dos planos de saúde desta parcela vulnerável.

2. Ordem de Prioridade com Trava de Segurança (Proteção à Família)

Dispositivo Alvo: Inclusão de novo artigo no Ato CSJT n.º 16/2025.

Proposta de Redação:

"Em caso de contingenciamento orçamentário comprovado, a revisão de valores observará a seguinte prioridade de manutenção do valor integral:

I – Beneficiários titulares (ativos e inativos);

II – Dependentes com doença grave ou deficiência;

III – Demais dependentes.

Parágrafo Único: Na hipótese de aplicação do inciso III, será assegurado aos dependentes, em qualquer cenário, um piso mínimo de cobertura que garanta a continuidade do vínculo assistencial e impeça a exclusão automática do plano de saúde."

Justificativa Técnica: A priorização do titular visa garantir a higidez da força de trabalho, insumo essencial à prestação jurisdicional. Contudo, em respeito à proteção constitucional da família, a norma deve prever uma "trava de segurança" (piso mínimo) para os dependentes, evitando que ajustes fiscais resultem na expulsão do núcleo familiar do sistema de saúde.

3. Efetividade Imediata do Adicional de Vulnerabilidade

Dispositivo Alvo: Revogação do Art. 5º do Ato CSJT n.º 18/2025.

Proposta de Redação:

"É obrigatória a implementação imediata do acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do reembolso nas hipóteses de deficiência, doença grave ou idade superior a 50 anos, em cumprimento ao caráter mandatório ('deverá instituir') do Art. 5º, § 5º da Resolução CNJ n.º 294/2019, sendo nula qualquer disposição administrativa que suspenda sua eficácia."

Justificativa Técnica: A suspensão administrativa de direito assegurado por norma hierarquicamente superior (CNJ) é indevida. O orçamento deve se adaptar à necessidade dos portadores de doença grave, garantindo a dignidade da pessoa humana.



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do RN

4. Autonomia para Suplementação Orçamentária Local

Dispositivo Alvo: Art. 10 do Ato CSJT n.º 16/2025.

Proposta de Redação:

"O valor per capita nacional definido pelo CSJT constitui aporte mínimo (piso). Fica assegurada aos Tribunais Regionais do Trabalho a autonomia para, havendo disponibilidade orçamentária própria, complementar os valores da tabela de reembolso, respeitados os limites da Resolução CNJ n.º 294/2019."

Justificativa Técnica: A padronização nacional não deve servir para nivelar a assistência por baixo. Tribunais com gestão eficiente não devem ser impedidos de utilizar suas sobras orçamentárias para mitigar os efeitos inflacionários da saúde suplementar.

Requeremos o acolhimento das sugestões, alertando que a manutenção do atual regramento (Atos 16, 17 e 18) perpetua insegurança jurídica e vulnerabilidade social.

Respeitosamente,

FRANCISCO MARCIO DE OLIVEIRA
Coordenador Geral